

**Joan C. Tronto. *Caring democracy: Markets, equality, and justice.***

New York: New York University Press, 2013.

Fernanda Ferreira Mota\*

Em *Caring democracy*, Joan Tronto tem como uma de suas principais preocupações afirmar e analisar a relação entre *democracia* e *cuidado*. Para a autora, os dois conceitos, embora não se confundam, mantêm uma estreita relação política, de forma que a melhora de um exige a melhora do outro: o déficit democrático está relacionado ao déficit do cuidado, e é importante que tal relação seja notada, assumida e levada a sério para que as transformações possam ser, de fato, reais e profundas. É preciso se (re)pensar então a democracia, tomando o cuidado como um elemento central dela (na medida em que é um elemento central da vida dos cidadãos), e se (re)pensar o cuidado, tomando-o como elemento central que necessita de uma prática democrática. De forma mais simples, aquilo em que Tronto acredita é que um cuidado democrático gera um melhor cuidado, e um melhor cuidado gera uma melhor democracia (p. 155).

Dessa forma, aspectos importantes à democracia, como os conceitos de liberdade, igualdade, justiça, assim como questões relativas à participação política, à divisão social e sexual do trabalho e à desigualdade de raça/etnia e classe, são tratados sob uma ótica que traz o cuidado como elemento central, ou seja, para autora, esses conceitos e questões devem ser revistos e pensados tendo como aspiração melhores práticas de cuidado (mais democráticas) e, conseqüentemente, uma melhor democracia. Ao mesmo tempo, este (re)pensar do cuidado e da democracia proposto, acompanhado de uma discussão séria a respeito desses conceitos e questões (e do papel que têm nessa relação), deve levar em consideração o contexto político-econômico atual e entender que,

\* É doutoranda na Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas nas áreas de gênero, política e mídia; temas cuidado, família e democracia. Faz parte do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) sediado na UnB. E-mail: <fernanda\_politica@yahoo.com.br>.

permeando esta relação entre democracia e cuidado, nós temos uma ideologia neoliberal que deixa marcas na forma como essa relação se dá. Nesse sentido, a não observância dessa relação, somada a não observância da importância da ideologia neoliberal em sua configuração nos dias atuais, faz que se permaneça uma situação em que não só democracia e cuidado não são entendidos completamente, mas em que as desigualdades – entre pessoas, entre mulheres, entre famílias – permanecem em grande parte devido a esse não entendimento (mesmo que algumas medidas sejam tomadas contra essas desigualdades).

Para que essas desigualdades possam ser combatidas de fato, é necessário que haja uma mudança na forma de se encarar não só a democracia e o cuidado, mas a própria política e a economia, num sentido geral e também estrito, pensando-se nas práticas cotidianas dos indivíduos, aqui encarados enquanto cidadãos(ãs). Na verdade, este é um elemento central à discussão de Tronto: indo além de uma análise abstrata com pretensões axiológicas, a autora está preocupada, em grande parte, com como se dão essas práticas cotidianas – do cuidado e do agir democrático (ou de um agir “não democrático”, que seria comandado mais por uma lógica do mercado que por uma lógica democrática) –, com como elas são construídas, como se dão e como afetam não apenas o dia a dia das pessoas, mas sua posição social.

Seu ponto central de discussão – relação entre democracia e cuidado – mostra então uma preocupação com o concreto, com o atual, com as formas reais por meio das quais as práticas cotidianas afetariam essa posição das pessoas na estrutura social. Ao mesmo tempo, essa preocupação compõe outra preocupação que, embora não seja abstrata, diz respeito ao que ainda não é palpável, com o que se pode alcançar, com o futuro, que a Tronto almeja ser mais democrático e menos desigual. É essa preocupação com um futuro melhor (mais democrático) que move a discussão da autora. E, embora Tronto deixe claro que o que procura não é especificar políticas (p. 13 e p. 170), os direcionamentos para um pensamento e ação que promovam mudanças em prol desse futuro – mudanças de valores, mas também nas práticas e instituições (do cuidado, sociais, políticas e econômicas) – são apontados em sua reflexão.

O livro se divide em três principais partes que permitem, de forma analítica, quase evolutiva, que o(a) leitor(a) apreenda o pensamento da autora<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> É interessante notar que Tronto organiza a discussão de forma que sua ideia central esteja presente em todas essas três partes e nos capítulos que as compõem (sempre se voltando a essa questão e relacionando entre si os capítulos e as reflexões propostas neles). Dessa forma, mesmo que se leia

Na primeira parte, intitulada “Envisioning a caring democracy”, a autora tenta assentar o entendimento da relação entre cuidado e democracia, com o objetivo de conceber o que chama de *caring democracy*. Um dos pontos centrais dessa parte é a reflexão sobre a relação entre o déficit democrático e o déficit de cuidado mencionados anteriormente, e a importância da dualidade entre as esferas pública e privada e da ideologia neoliberal na configuração desses déficits e de sua relação. O (re)pensar proposto pela autora começa a ser apresentado já no primeiro capítulo, onde ela apresenta um entendimento ampliado do cuidado, visto não apenas como algo pessoal e privado, mas também, e ao mesmo tempo, público (enquanto prática e preocupação públicas). Essa ampliação do entendimento também é defendida em relação às práticas do cuidado, que devem ser encaradas num nível mais geral, o que fica explícito na definição do termo exposta pela autora: “uma espécie de atividade que inclui tudo o que nós fazemos para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ de forma que possamos viver o melhor possível” (p. 19).

É importante notar que esse (re)pensar sobre o cuidado é composto, em grande parte, por uma série de reconhecimentos: o de que o cuidado é um elemento central da vida humana (e sua continuidade); o de que ele se dá de forma relacional (assim como grande parte de nossa existência); que essas relações também são de poder (e que seriam concretas entre as pessoas envolvidas diretamente no ato do cuidado, tendo uma capilaridade na estrutura social, na medida em que não se restringem a ele, têm causas e consequências que interferem nele, mas o ultrapassam); e que não necessariamente falar de cuidado é falar de “cuidado bom”, pois não há uma igualdade direta entre os termos (e fugir dessa ideia romantizada permite que não se obscureçam as injustiças que podem estar envolvidas nessa relação). Por meio dessa reflexão, a autora abre caminho para uma importante constatação de seu argumento: todos nós cuidamos e somos cuidados, em algum momento, de alguma forma, em nossas vidas; todos somos vulneráveis. Esse entendimento é essencial para que a autora possa confirmar a necessidade de que as práticas de cuidado sejam pensadas sob uma ótica democrática, e é nesse sentido que o conceito de *caring with* é trazido: “as necessidades de cuidado e a forma como elas são atendidas precisam ser consistentes com os compromissos democráticos de justiça, igualdade e liberdade para todos(as)” (p. 23).

---

apenas um dos capítulos de seu livro, ainda assim é possível entender (evidentemente de forma menos profunda) a discussão proposta.

Essa forma aqui exposta de (re)pensar o cuidado é o que compõe o que Tronto define como uma “feminist democratic ethic of care” (p. 30). Tal ética, nesse processo de (re)pensar o cuidado enquanto devendo ser democrático e a relação entre democracia e cuidado, também questionaria a divisão social e sexual desse tipo de trabalho: ela estaria pautada pela divisão entre as esferas, a qual restringiria o cuidado e as pessoas por ele responsáveis à esfera privada, marcando-o como uma prática menos valorizada (economicamente e politicamente). Essas pessoas seriam em sua maioria mulheres (o cuidado seria marcado enquanto prática feminina), mas questões relativas a raça, classe e mesmo nacionalidade também marcariam esse trabalho. É importante ressaltar aqui a análise que a autora faz sobre o discurso hegemônico acerca dos conceitos de dependência e independência, e sobre sua relação com a divisão entre as esferas e a forma como o cuidado vem sendo entendido em nossa sociedade. Os indivíduos independentes seriam aqueles que saem da esfera privada e adentram a pública como participantes da produção, sendo, portanto, aqueles livres do trabalho do cuidado e da necessidade dele. Por outro lado, os indivíduos dependentes seriam aqueles que necessitam de cuidado de outros, pois, de alguma forma (que pode ser a incompetência), não conseguem cuidar de si próprios.

Aqui se faz presente também a crítica da autora à ideologia neoliberal. Para ela, tal ideologia atuaria de forma importante na conformação do entendimento de que o cuidado é apenas pessoal e privado, de que o conceito de liberdade significa apenas a capacidade de exercer escolhas, de que os indivíduos podem e, mais que isso, devem ser independentes. Ao atuar dessa forma, essa ideologia firmaria uma ideia antidemocrática de responsabilidade que reflete desigualdades e formas de exclusão, a *personal responsibility*. Para Tronto, o processo de alocação das responsabilidades é importante e deve estar no centro da prática política de cuidado. Nesse sentido, a ética do cuidado definida anteriormente promoveria as bases para a aplicação de uma *ética da responsabilidade*, que trataria da responsabilidade pelo cuidado sob uma ótica que vai além do paradigma distributivo. Uma política democrática do cuidado deve então se preocupar com essa alocação das responsabilidades, questionando o fato de que alguns(mas), por sua posição privilegiada (em grande parte homens, mas não só), são retirados dessa alocação, mas não do processo de decisão sobre elas, enquanto outros(as) (em grande parte mulheres, mas não só) são excluídos do processo de decisão, mas não da alocação

dessas responsabilidades. É interessante notar que a autora trabalha com a ideia de *privileged irresponsability*, ao tratar desses casos em que é “aceito” (ou entendido, quase como natural e/ou justo) abster-se do trabalho do cuidado, o que gera um efeito de distinção profundo. É interessante também a conclusão que chega ao tratar o neoliberalismo como uma “máquina de irresponsabilidade”, na medida em que impulsiona e reproduz esse privilégio com seu discurso hegemônico.

Para Tronto, é necessário que haja um processo público (que abarque todos os questionamentos aqui expostos, e outros mais acerca da prática e de sua relação com a democracia) para se (re)pensar o cuidado, a alocação das responsabilidades e, conseqüentemente, da irresponsabilidade privilegiada; essas seriam as bases para uma *caring democracy*. Esse processo deve ser colaborativo e contar com os pontos de vista e as vozes não apenas dos grupos privilegiados. E tal processo abre caminho para que a discussão sobre o cuidado (e mesmo sobre a justiça) se torne uma discussão pautada na importância dos relacionamentos (o que seria uma das bases contra o discurso neoliberal).

Na segunda parte do livro, intitulada “How we care now”, como o próprio título sugere, a autora se preocupa em discutir como se dão as práticas de cuidado em nossa sociedade, tentando abordar a relação entre essas práticas e os conceitos básicos da teoria política democrática – liberdade, igualdade e justiça –, mostrando como, da forma atual, as práticas de cuidado contribuem para a reprodução de uma situação onde esses conceitos são entendidos de forma incompleta (ou enganosa) e/ou não são alcançados. Focando a construção da masculinidade e da feminilidade, a autora procura mostrar que, enquanto possa ser também marcado por raça, classe, nacionalidade ou outras formas de diferenciação, o cuidado é em grande parte marcado por gênero, sendo entendido enquanto prática feminina. Um ponto de vista interessante para a discussão, abordado por Tronto, é o fato de que não existe apenas uma forma de masculinidade no mundo, porém há uma forma hegemônica, e é essa forma que organiza os discursos, as práticas e também a divisão de privilégios e poder (e poderíamos pensar o mesmo em relação à feminilidade). É essa masculinidade hegemônica o foco da autora; ela seria construída com base em uma relação entre a divisão das esferas e o discurso de independência propagado pela ideologia neoliberal, e teria efeitos diretos na distribuição das responsabilidades relativas ao cuidado.

Discutir tal masculinidade e seus efeitos é uma questão tão importante para a autora que ela chega a tratar esse (re)pensar como a próxima fase da revolução democrática (p. 69). Da forma como se dá, entendida como algo diferente e além do cuidado, essa masculinidade provoca a abstenção dos homens nas práticas do cuidado, ancorada numa divisão sexual do trabalho que os coloca como responsáveis por outro tipo de trabalho, que teria maior valor e estaria relacionado à *proteção* e à *produção*. Como a autora mostra, esses dois elementos também poderiam ser entendidos enquanto práticas de cuidado, mas não são, a eles é dado outro *status* de prática ou trabalho; ao mesmo tempo, deles são excluídas (ou pelo menos, nos dias atuais, têm sua entrada dificultada ou vista como ilegítima) as mulheres. Excluir essas práticas do escopo do cuidado faz que as hierarquias se mantenham e os privilégios se reproduzam, uma vez que os homens são “excluídos” das outras formas de cuidado. Mas é necessário entender que essas práticas levantam questões importantes tanto para a prática democrática do cuidado quanto para a democracia: sobre as formas de proteção e em relação a quem ou a quem ela se dá; sobre o *status* de quem a “recebe”; sobre a violência que gera em muitos casos o que se “pretende” abolir (o que abre uma ampla discussão sobre a violência nos lares); sobre o ideal de um cidadão trabalhador (que tem em casa um aparato para dar suporte a esse seu tipo de cidadania); sobre o fato de esse cidadão e/ou trabalhador ser visto enquanto homem (o trabalho é generificado).

Pensando nessa divisão sexual do trabalho do cuidado, a autora trata da existência de uma diferenciação marcada não só pelo gênero, mas também pela classe, quando pensamos no trabalho do cuidado desempenhado por mães, e por diferentes mães, e na diferenciação entre o cuidado proporcionado por diferentes famílias (ambas, mães e famílias, com diferentes condições econômicas). Tronto aborda o fato de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho trouxe uma organização do trabalho do cuidado diferenciada entre as diferentes famílias, com base na classe a que pertencem. No caso das mulheres pertencentes a classes sociais mais abastadas, sua entrada no mercado de trabalho permitiu em parte a abstenção do trabalho do cuidado, promovida pelo elemento da produção; mas, ao mesmo tempo, suas crianças não deixaram de ser cuidadas e houve a introdução de outras mulheres nesse processo (enquanto trabalhadoras assalariadas do cuidado); há ainda o fato de que parte desse cuidado foi privatizado por outras formas

de serviço (como a educação privada). No caso das mulheres mais pobres, sua entrada no mercado de trabalho não lhes deu o direito à abstenção ao trabalho do cuidado no lar e de suas crianças, essa entrada adicionou mais uma rotina também de cuidado em sua vida; levando em consideração que grande parte dessas mulheres têm empregos relacionados ao cuidado, mas sua remuneração não é adequada e elas não têm condições de proporcionar a privatização do cuidado de seus filhos, nem o Estado dá suporte total a esses cuidado. Com isso, instaura-se uma desigualdade entre essas mulheres e entre as famílias; mais que isso, instaura-se um círculo de cuidado desigual (p. 97).

Como a autora mostra, esse círculo sustenta, e é sustentado por, outra importante forma de abstenção do cuidado, a relacionada ao cuidado apenas com os seus. Essa abstenção está pautada pela lógica neoliberal individualista, que incentiva a competição e a não empatia pelos outros e por sua condição; ela faz que as pessoas (pais e mães) se preocupem em prover o melhor cuidado possível às suas crianças (também por meio da privatização deste), mas não que se preocupem ou se vejam como responsáveis pela necessidade de cuidado de outras crianças ou outras pessoas. Essa lógica também sustenta uma ideia errônea de que a diferenciação tem a ver com preferências e não com uma estrutura maior e mais profunda de desigualdades que fundamenta a injustiça. É importante notar também que a relação entre esse círculo e a lógica neoliberal marca o cuidado enquanto uma mercadoria e, sendo assim, o vê como algo do interesse privado e não público, sendo visto então como algo mais bem conduzido pelo mercado. Ao conceber o cuidado como conduzido e oferecido pelo mercado, duas outras formas de abstenção do trabalho do cuidado são produzidas: uma pautada no entendimento de que as pessoas têm suas necessidades de cuidado atendidas ao atuarem no mercado (ou seja, com os recursos que conseguem ter, elas poderiam comprar o cuidado de que necessitam); e outra relacionada à caridade, enquanto uma escolha individual de ajuda ao outro que exclui do governo ou de um pensar coletivo a questão do cuidado com os outros.

Desse modo, pensando nas formas legítimas de se ausentar do trabalho e da preocupação com o cuidado, e na relação delas com a ideologia neoliberal, Tronto observa que, da forma como cuidamos, estamos promovendo cada vez mais desigualdades e nos engajando em um entendimento incompleto e perigoso dos conceitos de liberdade (vista apenas como possibilidade de escolha ou como abstenção do cuidado, como um “não ter que cuidar”), de

igualdade (marcada e restrita numa economia de mercado apenas como igualdade de oportunidade, junto com seu oposto, a desigualdade, vista como uma consequência das escolhas, más escolhas, dos indivíduos) e de justiça (obscurecendo a injustiça e seu caráter estrutural ao reforçar uma ideia individualista de escolhas de vida, tornando-a quase impossível de ser pensada em um contexto de mercado que é tido como livre).

Na terceira parte do livro, intitulada “Imagining democratic caring practices and caring democracies”, faz um apanhado dos rumos para se começar a pensar no que chamou de *caring democracy*, tratados nas discussões ao longo dos outros capítulos, e apresenta algumas novas discussões sobre os pensamentos e ações que marcam essa mudança. Entendendo que as práticas e instituições do cuidado podem e devem ser mudadas no sentido de se tornarem mais democráticas, a autora defende que tais mudanças sejam alcançadas com a participação e a colaboração dos(as) cidadãos(ãs) num processo que é público e que entende o cuidado enquanto uma questão também de ordem pública. Nesse sentido, incluir o cuidado na esfera pública significa também incluir os grupos dela excluídos. Essas mudanças exigem também que haja o reconhecimento da vulnerabilidade de todos (todos precisam de algum tipo de cuidado durante toda a vida) e o reconhecimento, então, do outro, de sua situação e de suas necessidades; que se perceba o cuidado enquanto multidimensional, relacional e triangulado, não sendo dependente apenas do indivíduo, mesmo quando é ele quem está agindo para si mesmo; o reconhecimento de que o cuidado ocorre em situações e contextos concretos que envolvem questões de poder; que o valor da produção econômica não ultrapasse o valor do cuidado; que o nível de confiança, solidariedade e empatia entre as pessoas seja reforçado. Essas exigências são ao mesmo tempo causa e consequência dessa mudança, e estão fortemente relacionadas.

Outro fator importante dessa mudança diz respeito à mudança de valores. Como vimos, o cuidado é relacional, e relacionamentos exigem tempo e proximidade. Essa exigência só é sanada quando mudamos a valorização do cuidado e da ideia de tempo em si: as pessoas só podem aprimorar seus relacionamentos e serem mais próximas se tiverem tempo para isso, e no mundo atual essa possibilidade parece escassa, mesmo se pensarmos apenas nos integrantes de uma família. Nesse sentido, a autora aponta algumas medidas que poderiam dar suporte a essa exigência, como a redução da jornada de trabalho ou a equalização dessa jornada com o tempo escolar.



Pensar diferentemente acerca desses valores traz mudanças até mesmo no entendimento do que seria uma vida boa, que certamente seria relacionada a uma sociedade mais democrática e pautada pelo cuidado democrático. É interessante observar que, embora critique a ideologia neoliberal e o entendimento de que tal ideologia deva conduzir o cuidado em termos de um mercado, Tronto acredita que, começada tal mudança, o mercado pode agir de fora interessante em relação ao cuidado; agora não como ideologia que o conduz, mas como forma de produzir e proporcionar maior diferenciação de suas formas, proporcionando um cuidado mais adequado para as diferentes necessidades e apreciações de cuidado (p. 180).

A mudança que traz o cuidado para o centro dos valores e da discussão política é uma discussão que proporciona a substituição do círculo de cuidado desigual antes mencionado por um círculo virtuoso: na medida em que cuidamos melhor, atendemos mais aos preceitos de liberdade (para além da dominação e da ideia de escolha ligada ao mercado), de igualdade (vista como condições de igualdade de voz) e de justiça (processo de acesso e “reacesso” ao cuidado e a outras responsabilidades e demandas). Ao fazer isso, nos tornamos mais democráticos e melhoramos nossa democracia; o que, por sua vez, melhora também o cuidado. E, para a autora, tal mudança não é um momento único de decisão, mas um processo em andamento que sempre deve ser revisto e (re)pensado (p. 180).

O livro de Joan Tronto nos traz uma reflexão interessante e importante sobre a relação entre democracia e cuidado. E não há como negar que essa reflexão se configure como um grande avanço para a teoria política democrática, mesmo se pensássemos apenas no fato de trazer o cuidado – e sua relação com a democracia – para o centro dessa teoria. Se a teoria política não discute o cuidado, ela sobrevaloriza os cidadãos enquanto trabalhadores (no sentido neoliberal) e marginaliza quem se ocupa desse cuidado (p. 26). Mas existem outros pontos em que esse avanço não se faz nítido e que devem ser levantados. Talvez o primeiro seja mesmo o fato de Tronto trabalhar com a ideia da transversalidade como central a seu argumento sobre as desigualdades. Mesmo tratando da importância da generificação do trabalho e do cuidado, a autora deixa claro que não há como entender como se dá a desigualdade social se não observamos que existe uma transversalidade de contingências, e que, por exemplo, raça e nacionalidade também informam a distinção que permeia essa desigualdade. Outro ponto importante é o en-

frentamento direto da naturalização do cuidado enquanto prática feminina (e necessariamente conduzida pelo amor) e de sua privatização enquanto normalidade. Ligado a isso está o enfrentamento da ideologia neoliberal e do discurso individualista que ela cria, distorcendo a ideia de dependência e mesmo a concepção de autonomia (os indivíduos independentes, que não precisam do cuidado de alguém, são livres para escolher no mercado, e essa liberdade caracteriza sua autonomia<sup>2</sup>).

Tronto nos leva a (re)pensar a forma como organizamos nossas vidas, individual e coletivamente, de uma forma que possa trazer bons resultados para o objetivo de tornar nossa sociedade mais democrática e justa. Mas, ao mesmo tempo, existem alguns limites – em alguns casos, simplesmente dúvidas – deste (re)pensar-se, os quais devem ser levantados ao pensarmos nessa nova democracia ou numa democracia melhor. Aqui, o primeiro ponto a ser levantado diz respeito à forma como as mudanças propostas se concretizarão. Como dito, a autora deixa claro que não tratará de políticas específicas, mas de rumos que o pensamento e a ação devem tomar para chegar a um cuidado democrático e a uma democracia melhor. Mesmo por esses rumos propostos, porém, torna-se difícil visualizar que tal mudança possa ser feita, mesmo entendendo que seja necessária. Se lembrarmos, por exemplo, o fato abordado pela própria autora de que apenas alguns tomam parte no processo de decisão política, e que, para que tal mudança ocorra, é necessário que aqueles em posição marginalizada também façam parte do processo (já que os outros não conhecem sua situação), torna-se difícil pensar em como essas pessoas marginalizadas conseguiriam fazer parte de tal processo. Estamos tocando aqui numa questão relativa à participação política (à possibilidade de participação), e nesse caso, como em outros relacionados a essa questão, parece-nos que é necessária uma ação mais direta do Estado, além de apoio ao engajamento dos cidadãos. Parece-nos que esse também é o entendimento da autora, mas, não sendo claro como se daria essa ação, a dúvida persiste; os passos não são exotéricos (p. 164), mas ficam obscurecidos.

Outra questão importante é a supervalorização do cuidado (num sentido oposto ao de outras correntes, como o pensamento maternal) como prática que permeia a vida dos humanos e, portanto, direciona seus interesses: a autora, por exemplo, não aborda devidamente a correspondência da participação política

<sup>2</sup> Mesmo se levássemos a sério esse entendimento, teríamos de discutir a autonomia dos indivíduos, entendendo-os não como isolados, mas como engajados em relações e influenciados por elas (ainda que de forma indireta), até mesmo, ou principalmente, no mercado (p. 86-90).

e da defesa por mais tempo com outros interesses que vão além do cuidado, embora esses interesses também possam ser permeados pelo cuidado em sua configuração. O que queremos dizer é que as mudanças não podem ocorrer apenas para que as pessoas possam ter mais tempo e mais possibilidades para cuidar de suas famílias, mas também para que possam se engajar nas atividades que acharem necessárias, de acordo com seus vários e diferentes interesses.

Outro importante limite diz respeito à ideia da própria política. Embora a autora pareça trazer uma concepção ampla, não abstrata, do conceito, o que é de fato um avanço em relação a outras discussões, ela acaba se rendendo a uma visão quase romantizada da política e do cuidado: logo no início do livro, ela define política como relacionada a interesses e poder, e afirma não pretender eliminar o conflito ao trazer o cuidado para o centro dessa política. Porém, nos capítulos finais (principalmente no último), Tronto parece esquecer-se dessa definição e dessa promessa. Primeiro, ao dizer que deveriam participar da política e da regulação do mercado cidadãos(ãs) não interessados(as) na regulação do mercado (p. 177). No entanto, como ela própria aponta antes, a vida humana é permeada por relações, e essas relações têm influência sobre seus interesses e ações: não há como imaginar indivíduos que não se interessem pela regulamentação do mercado, mesmo que eles não tenham um interesse direto, visto que, de alguma forma, esse mercado afeta a vida deles (como a própria autora mostra). Em segundo lugar, ao tratar o processo político que ocorre por meio dessa mudança (e depois dela) como não tendo ganhadores ou perdedores. Se estamos falando de interesses, relações de poder, e conflitos, não há como pensar que não existirão perdedores. Há apenas o fato de que, com as mudanças, esses perdedores podem não ser os de sempre. Por fim, a autora coloca que sua reflexão não é uma condenação ao capitalismo ou ao mercado *per se*, mas uma crítica ao fato de que, no mercado, outros valores além do aumento do lucro não contam (p. 177). Após acompanhar toda a crítica da autora, porém, torna-se difícil imaginar em como haveria a possibilidade de se pensar uma democracia melhor, muito pautada pelo cuidado, sem uma crítica ao capitalismo e à desigualdade que gera, já que não nos parece claro como pensá-lo sem o lucro como seu valor central.

Recebido em 29 de maio de 2015.

Aprovado em 29 de junho de 2015.